

RaioX

Diário Económico

Av. Marien Ngouabi, n.º 90 • Telefone: (+258) 21 418766 • Moçambique-Maputo
Propriedade: Liana Serviços Lda • NUIIT: 400 170 721 • Gabinfo/DISP.REGº/GABINFO-DEC/2007
Editor: Paulo Deves Cel: 827256216 • Liana Serviços Lda. Cell.: 82 3031766 - Tel.: 21 41 87 76
E-mail: raiox@tv cabo.co.mz • Maputo, Quinta - feira, 20 de Setembro de 2007 • Ano 0 • Edição n.º 67



Fazemos lindos quadros bordados para a decoração do interior da sua casa.
Aceitamos encomendas
Contactos:
Cell.: 82 3031766 / 824967200

Publicidade

Banco de Desenvolvimento

Não deve ser panaceia dos problemas

...considera o economista Magid Osman

MAPUTO – O economista moçambicano, Magid Osman, entende que “para alguns, o Banco de Desenvolvimento poderá ser a solução para os problemas críticos do nosso processo de desenvolvimento, na convicção de que a ausência de créditos ‘facilitados’ constitui ‘per si só’ o maior obstáculo ao desenvolvimento acelerado e sustentado”.

Por: Evaristo dos Santos

Num estudo por ele publicado, aquele economista indica que a ausência de instrumentos especiais que facilitem o acesso a recursos financeiros, é, de facto, um dos problemas que urge resolver, mas não é único e, se calhar, nem é o mais estratégico pois, mesmo resolvendo este, o de crédito, outros ficarão por resolver.

Segundo Magid, “se um banco for criado com esta expectativa, o de panaceia para outros problemas críticos de desenvolvimento, então a sua criação é certamente um erro, pois os outros factores críticos não serão tratados atempadamente, exacerbando entretanto os problemas da pobreza rural, de desigualdade regional, de ausência de um empresário nacional cuja solução, no futuro, se tornará mais difícil e complexa”. Acrescenta que “a criação da Bolsa

de Valores de Moçambique e do mercado de capitais, que no futuro, será certamente um instrumento valioso para a mobilização de capitais para o sector privado em alternativa aos empréstimos da banca, foi procedida de uma grande expectativa cuja materialização da solução de outros constrangimentos mais urgentes”.

“Dentro de alguns anos”, sustenta, “concluir-se-á que um Banco de Desenvolvimento, afinal, não era a solução mágica”. Embora isso não retire a necessidade de instrumentos financeiros especializados em função de necessidades específicas e prioritárias não cobertas adequadamente por instrumentos existentes. De igual modo, a justificação para a criação de um Banco de Desenvolvimento, segundo aquele economista, não pode ser a de que os outros países também o têm,

Continua na pag.2

Apesar de alta

Dívida externa moçambicana continua sustentável

MAPUTO – A dívida de Moçambique reduziu de 4.6 mil milhões de dólares norte-americanos em 2005 para 3.3 mil milhões em 2006, cifra que resultou do cancelamento da parte da mesma por instituições monetárias internacionais.

O Fundo Monetário Internacional, FMI, cancelou a dívida de 154 milhões USD, que se juntam aos 500 milhões USD do Fundo Africano de Desenvolvimento, e 255 milhões USD do Banco Mundial, instituição que vai ainda conceder um alívio de 1.3 mil milhões de USD.

Moçambique, apesar de ser considerado um país pobre, não é altamente endividado, pois, a sua dívida é sustentável, verificando-se ainda uma margem para o endividamento.

“O País ainda necessita de implantar muitas infra-estruturas que não podem ser executadas sem

recurso ao financiamento por via de créditos concessionais. Para execução desses empreendimentos, na óptica do Governo moçambicano, é preciso continuar a contrair empréstimos, com o compromisso de manter a dívida sustentável, com um serviço de dívida razoável e confortável às capacidades do Orçamento do Estado”, precisou uma fonte do Ministério das Finanças.

A dívida externa de Moçambique tem sua origem em créditos contraídos em meados da década de 70 e início da década de 80, para financiamento de projectos de desenvolvimento Pós-independência. Nos finais dos anos 90, a mesma chegou a atingir seis mil milhões de dólares, montante esse considerado insustentável, para que o país honrарasse os seus compromissos de serviço da dívida e para implementar programas de

Continua na pag.3

Telofax: + 258 21 327 281. Cell: 82 313 7770

Av. Ahmed Sekou Toure n.º 1405, R/C, Direito

Design, Lda

Four Design - Digitação Gráfica, Publicidade, Marketing e Papelaria

Publicidade



Equipamentos e Uniformes Textene; S.A.

Vocacionados em Confecções de Uniformes de Segurança, Operários, Escritório e Escolares.

(Maputo)

ADMINISTRAÇÃO: Sede Av. Marien Ngouabi, n.º 647, 1º Andar / FÁBRICA: Rua da Malhangalene, n.º 678/32
Contacto: Cell - Direcção 842322240, Escritório 846129590 Telefax: 21312989/843322240 E-mail: maxiseguranca@ tv cabo.co.mz

Mas canalizar água é assunto doutros departamentos**AMDC promete abrir poços para população***...não gostaríamos de nos envolver em assuntos que não nos dizem respeito*

MATOLA-RIO – O Director da Associação Mozal para o Desenvolvimento da Comunidade (AMDC), Alcido Maússe, afirmou que a distribuição de 12 mil mudas de cajueiros à população do Bairro de Jonasse, ocorrido na última terça-feira, vem na sequência do projecto iniciado no ano passado quando foi igualmente entregue à comunidade, 12 mil pés de cajueiros, significando que 1200 famílias, a razão de 10 mudas poderão ser beneficiadas.

De acordo com Maússe, “o nosso objectivo este ano é de contemplar uma outra localidade pertencendo ao Posto Administrativo da Matola-Rio com igual números de plantas”, tendo acrescentado que “como é do vosso conhecimento, a localidade de Jonasse é muito propensa a cultura de cajueiros, mas também foi vítima no mês de Abril de um vendaval que destruiu parte significativa dos cajueiros”.

Desse modo, referiu que “algumas famílias que perderam seus cajueiros vão ter uma oportunidade de repor as plantas com vista a continuar a obter receitas provenientes da venda da castanha de caju.

Quanto à situação da falta da água potável, referiu que “o pedido que a população apresentou durante a

cerimónia da entrega das mudas foi a administração local e não a Mozal”, salientando que “quando AMDC iniciou a construção de uma escola primária em Jonasse, até um pouco depois da conclusão das obras, a água canalizada chegava até ao local onde foi erguido aquele estabelecimento escolar, além de fontanários que existiam”.

Sobre a questão, sublinhou que “a canalização de água é assunto de outros departamentos, nomeadamente, Água de Moçambique e FIPAG”, acrescentando que “não gostaríamos de nos envolver em assuntos que não nos dizem respeito”.

Entretanto, como forma de participar no alívio do sofrimento da população no concernente a água Maússe considerou que “onde for possível fazer poço, lá estaremos para prestar o nosso apoio, mas onde for necessário comprar água, colocar tanques, já é diferente”.

Por outro lado destacou que a quantidade de água que as plantas exigem não é assim tão elevada, socorrendo-se às palavras do técnico da INCAJU que frisou que as plantas, para o seu crescimento, apenas necessitam de 10 litros por semana, “quantidade que cada família poderá conseguir sem fazer muito esforço”, concluiu.

Como forma de fazer o acompanhamento do fomento do caju, o Governo disponibilizou seus técnicos agrícolas, além dos dois técnicos e um engenheiro contratados pela AMDC, que regularmente visitam locais onde estão plantados os cajueiros entretidos no ano passado, acrescentando que para todo o sector agrário “temos extensionistas e engenheiro que fazem a monitoria do que se passa no terreno em relação ao fomento da cultura de cajueiro.

Mas, mais do que isso, o próprio Governo tem os seus agentes agrícolas que estão à disposição das comunidades, exemplo disso, sábado passado na Vila Sede do Distrito de Boane, terminou um curso de capacitação de diversas associações agrícolas que desenvolvem suas actividades no distrito.

Esta capacitação, segundo Maússe, teve o financiamento da AMDC, com a aprovação do Governo distrital.

Que na altura se responsabilizou em reunir as associações interessadas pela capacitação que teve como enfoque principal, o tratamento da terra com vista a época agrícola que se aproxima.

Paulo Deves*Continuado da pag.1 – Não deve ser panaceia dos problemas*

pois se pode contra-argumentar que existem muitos países que não o têm.

“Além disso, muitos dos bancos referidos são de países desenvolvidos e têm por objectivo canalizar a ajuda externa, que não é o caso de Moçambique, e outros reflectem as circunstâncias históricas do momento pelo que não podem ser pura e simplesmente copiados”. Por isso, Magid Osman fala da necessidade de ter que se ver as necessidades específicas de Moçambique e, em função das mesmas, tentar identificar a instituição ou as instituições indispensáveis para o processo de desenvolvimento moçambicano.

Magid indicou igualmente que “habitualmente os bancos de desenvolvimentos estão associados aos financiamentos concessionais para infra-

estruturas públicas ou privadas ou para grandes projectos. No caso particular de Moçambique tal como destaca, alguns dos defensores de um banco de desenvolvimento estão conscientes que o banco pretendido não é desse tipo, porque “indiscutivelmente, Moçambique tem grande carência de infra-estruturas económicas e sociais, de barragens, regadios, estradas, escolas, hospitais, rede electrificada, quer geridas pública ou pelo sector privado”.

Magid sustenta também que as nossas taxas de crescimento económico dos últimos anos só foram possíveis porque a formação bruta de capital fixo atingiu em média os 25% do PIB, representando o investimento público cerca de metade desse valor. Isto é, o Estado tem vindo a investir cerca de

12.5% do PIB em média nos últimos anos, ou seja, um montante situado entre 400 a 500 milhões de USD/ano. Ora, “sendo o investimento público, na sua quase totalidade financiado pela ajuda externa, poderá um Banco de Desenvolvimento substituir-se ao apoio da comunidade internacional ou, numa versão mini-malista, complementar o esforço actual, acelerando assim o processo de construção de infra-estruturas?”, questiona e avança: “Ignorando, para já, a problemática sobre a capacidade de absorção, de gestão e sobretudo da manutenção de mais infra-estruturas, concentremos na questão simples mas importante sobre a origem de fundos, dos 400 a 500 milhões de USD/ano”.

Publicidade

**EMPRESA
DE SEGURANÇA
PRIVADA**

AV. Marien Ngouabi, N.º 647, 1º Andar
Telefone n.º (84) 6129590 Telefax n.º (21) 312989, (84) 3322240
E-MAIL: maxiseguranca@tvcabo.co.mz

De Moçambique**Cimentos investem na redução de poeiras**

MAPUTO – A empresa Cimentos de Moçambique, estabeleceu que até 2009, vai reduzir e, ou eliminar a emissão de poeiras, em cumprimento das recomendações deixadas pela auditoria realizada em finais do ano passado, pelo Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental, MICOA.

Sem revelar valores envolvidos, Félix Guimarães, técnico do Departamento da Auditoria Ambiental na Direcção Nacional de Avaliação Ambiental, afiançou que a manutenção de uma fábrica daquela dimensão implica elevados custos, daí a extensão do tempo, além de que o processo deve ser desenvolvido de forma faseada.

Aliás, a equipa multi-sectorial de auditoria, que escalou a empresa, constatou que a Cimentos de Moçambique, já estava a proceder a manutenção de diversos equipamentos, como os electrofiltros, incluindo a substituição dos fornos.

A emissão de poeiras ocorria com maior intensidade devido a problemas constantes de oscilação da corrente eléctrica, uma vez que quando a oscilação ocorria, os electrofiltros deixavam escapar poeiras e para dar

resposta a essa situação, a empresa aumentou o número de geradores, de modo a manter uma corrente eléctrica estabilizada.

Da parte do MICOA, a fonte assegurou que vai continuar a fazer o acompanhamento da evolução da situação, até porque tem vindo a fazer um ciclo de visitas, nas quais se constatado que a empresa está a cumprir com o preconceituado no seu plano de gestão ambiental.

“A empresa se comprometeu com o MICOA a reduzir as emissões de poeiras, cujas intervenções iriam começar pelos sectores mais problemáticos da fábrica, acções que segundo Guimarães, vão ser acompanhadas.

O técnico do Departamento da Auditoria Ambiental na Direcção Nacional de Avaliação Ambiental, evitou entrar em detalhes, sobre a impossibilidade de a empresa não conseguir cumprir com seu plano de gestão ambiental, manifestando optimismo que a mesma possa cumpri-lo, visto ter sido a mesma que definiu a estratégia.

“Acreditamos que vai cumprir com a estratégia que se propôs a executar.

Neste momento, seria difícil dizer o que vai acontecer caso não cumpra, em tempo oportuno caso não aconteça, se tomará alguma medida”.

Consta que paralelamente a auditoria, o MICOA realizou um inquérito aleatório, juntos das populações circunvizinhas, por forma a determinar, se a emissão de poeiras estava a reduzir, havendo uma opinião comum que houve uma ligeira redução de poeiras. “Pelo menos, dos relatos que colhe-mos, as pessoas sentiam que havia mudança, em termos de emissão de poeiras”, explica para de seguida revelar que este processo de redução de emissão de poeiras deverá continuar até 2009, meta estabelecida pela própria Cimentos de Moçambique. “Daqui para frente tudo vai depender do desempenho da empresa”.

A emissão de poeiras por parte daquela empresa é antiga. Residentes das zonas circunvizinhas da Cimentos de Moçambique, denunciaram inúmeras vezes, o surgimento de doenças, na sua maioria respiratórias e irritação da pele, supostamente, causadas pelas poeiras emitidas pela empresa.

Manuel Vasco

Continuado da pag.1 – Dívida externa moçambicana continua sustentável

desenvolvimento. Considerando o bom desempenho do Governo na execução de reformas económicas e sociais, o país se logrou elegível a iniciativas de alívio da dívida externa, a do Clube de Paris, Iniciativa para o Alívio da Dívida dos Países Pobres Altamente Endividados, HIPC, e Iniciativa de Alívio da Dívida Multilateral,

daí a redução significativa da sua dívida.

Neste momento, a grande preocupação do Executivo se relaciona com os membros do Clube de Paris, que não aderiram a este alívio, e, por outro lado, aos credores bilaterais não membros deste organismo, que não concordam conceder alívio nos termos comparados, por não serem subscri-

tores daquela iniciativa.

“Com esses países, o Governo continua a manter esforços sistemáticos de negociações para o alívio da dívida contraída junto aos credores não membros do Clube de Paris”.

Todavia, observou que as poupanças resultantes destes alívios são aplicadas nos programas de desenvolvimento económico social do Governo, com enfoque para os sectores prioritários definidos no PARPA II.

As poupanças permitiram um incremento na locação de recursos, em cerca de 65 por cento, para os sectores sociais com impacto directo na redução da pobreza absoluta, dentre os quais, os de electricidade, comunicações, estradas, pontes, água e saneamento.

Manuel Vasco

Ficha técnica

Propriedade: Liana Serviços Lda • NUIT: 400 170 721

• Gabinfo/DISP.REGº/GABINFO-DEC/2007

Editor: • Paulo Deves • Redacção Evaristo dos Santos,

• António Mavila •

Publicidade

**Prestação de Serviços**

– Publicidade e Marketing –

Av. Marien Ngouabi nº647, Tel. N.º 846129590, Telefax: 21312989/843322240,
E-MAIL: maxiseguranca@tv cabo.co.mz

Para que sejam epicentro do desenvolvimento**Empoderamento das comunidades é necessária**

MAPUTO – O Coordenador do Fundo das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), para a Sub-região da África Oriental, Mafa Chipeta, considera que o nosso país está a registar taxas de crescimento económico satisfatórias, salientando no entanto que a agricultura só poderá desenvolver e resultar em prosperidade e crescimento, se baseada numa política de inclusão dos pequenos agricultores.

Mafa fez este pronunciamento na Conferência sobre Estratégia de Desenvolvimento Agrário no Contexto da Revolução Verde (RV), realizada na capital, da qual se concluiu que é possível a inserção da RV no contexto moçambicano e a discussão sobre os possíveis mecanismos da Sociedade Civil para uma interacção com este processo, uma vez que a conferência não procurava construir consensos, mas iniciar o processo de debates.

Por outro lado, os conferencistas entenderam que “o facto de os africanos não produzirem alimentos suficientes para a sua alimentação diminui a sua dignidade”, acrescentando que “os Chefes de Estado estão à procura de soluções e que a aprovação da Estra-

tégia da RV, pelo Conselho de Ministros, revela este envolvimento”.

As organizações da sociedade civil foram chamadas a se unirem de modo a melhorar o seu entendimento sobre a Revolução Verde no mundo, em África e em Moçambique, de forma a poder delinear e ocupar o espaço devido neste processo, sublinhando que a RV, como tal, teve vários ângulos, sendo que em algumas partes do mundo, ela criou oportunidades e noutras deixou sequelas.

O mais importante destas estratégias, segundo os participantes, “é que o cidadão tenha três refeições equilibradas por dia. Para tal, há que empoderar as comunidades rurais para que elas sejam o epicentro do desenvolvimento agrário. Por seu turno, Mafa Chipeta frisou que o Continente Africano precisa de se levantar porque tem potencialidades que não estão a ser exploradas. Na sua explanação, referiu ainda na altura que o continente tem, para além de problemas na agricultura, dificuldades na comercialização, situações que concorrem para que África decline em termos da sua participação na economia mundial e com a sua capacidade de negociação fragilizada.

Sobre a RV, o antigo Ministro da Agricultura, Carlos Agostinho do Rosário, falando da experiência da Índia, disse que aquele país, tentando fazer o enquadramento da sua aplicabilidade para o nosso país, referiu que a experiência indiana sobre a Revolução Verde na agricultura indica que o sucesso alcançado da combinação de vários factores e sinergias, parcerias estabelecidas entre a vontade política, ciência e tecnologia, participação de farmers, medidas de políticas agrárias adequadas relativas à provisão de serviços necessários ao desenvolvimento da agricultura e de acções de formação de muitos técnicos.

Paulo Deves

ESTÃO ABERTAS
AS SUBSCRIÇÕES DO
DIÁRIO ELECTRÓNICO
 ESTÃO ABERTAS
 AS SUBSCRIÇÕES DO
 DIÁRIO ELECTRÓNICO
RaioX
 Contactos:
 Telefone: 21 41 87 76 Cell.: 82 3031766

No Primeiro Semestre**Crescimento económico abrandou atingindo 8,8%**

MAPUTO - O Ministro de Planificação e Desenvolvimento, Aiuba Cuereneia, afirmou que o crescimento da economia de Moçambique abrandou no Primeiro Semestre deste ano, comparativamente ao período homólogo de 2006, ao crescer 8,8 por cento, quando no mesmo período do ano passado tinha registado um crescimento de 10 por cento.

Aiuba Cuereneia, justificou o abrandamento da economia com os desastres naturais ocorridos no início do ano, nomeadamente, as cheias no Vale do Zambeze, Centro, e o ciclone Flávio, que destruiu uma parte significativa das zonas turísticas da província de Inhambane, Sul de Moçambique.

Apesar do crescimento global nos primeiros seis meses ter decrescido, a cifra atingida representa um passo importante rumo ao alcance da meta planificada pelo governo, que foi de sete por cento.

Segundo o governante, os sectores que registaram maior crescimento no período em referência foram de Electricidade e Água (24,5 por cento),

Restauração e Hotelaria (17,1 por cento), Transportes e Comunicações (16,1 por cento), Comércio (14 por cento) e Construção Civil (10,5 por cento).

O Sector agrícola, que emprega mais da metade da população activa moçambicana, também cresceu 8,8 por cento, contando com um financiamento que representa um aumento de 17 milhões de euros.

Devido às suas características, nomeadamente, uma dependência forte em relação a factores naturais e a falta de infra-estruturas, a área da agricultura não tem recebido financiamento adequado, por o sector privado entender ser de alto risco.

A produção de gado, por seu turno, cresceu 7,7 por cento, numa altura em que as pescas caíam 8,2 por cento e a silvicultura 5,4 por cento.

A taxa de inflação no Primeiro Semestre foi de 3,7 por cento com a previsão governamental para o ano de 2007 a ser de seis por cento, destacou o governante.

Durante os primeiros seis meses do

corrente ano, o governo moçambicano aprovou 85 novos investimentos no valor de 1, 3 mil milhões de euros, número que inclui o investimento a ser feito pela Companhia brasileira Vale do Rio Doce em Moatize (Tete, Centro), que representa 83 por cento do total anunciado.

Paulo Deves

Mercado Cambial Boletim n.º 184/07 Taxas de Câmbios Média			
Países	Moeda	Câmbio	
		Compra	Venda
EUA	USD	25,61	25,81
África do Sul	Rand	3,56	3,59
Swazilândia	Llangueni	3,56	3,59
Malawi	Kwacha	185,01	186,45
Tanzânia	Shilling	20,55	20,71
Zâmbia	Kwacha	6,52	6,57
Zimbabwe	Dólar	85,37	86,03
Canadá	Dólar	25,09	25,28
Dinamarca	Coroa	4,77	4,81
Inglaterra	Libra	51,15	51,55
Noruega	Coroa	4,56	4,59
Suécia	Coroa	3,83	3,86
Suíça	Franco	21,60	21,77
União Europeia	Euro	35,54	35,82
1. Prime Rate	N.lorque	8.250.0000%	
2. Libor (6 meses)		5.420.0000%	
3. Ouro/USD/ONÇA			
Compra		718,00000	
Venda		718,00000	